



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Representação nº 14/2021 – G2P**

O Ministério Público que atua junto a esse Tribunal, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 54, inciso I, do RITCDF, vem oferecer a seguinte

**REPRESENTAÇÃO, com pedido de cautelar**

O MPC/DF ofertou, no ano passado, a Representação 45/2020-G2P, visando questionar as contratações firmadas pelo IGESDF, com objetos referentes à informática e à publicidade, com as empresas **Smart 7 Digital Ltda. - ME, CNPJ 19.416.207/0001-70, e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, contratos 32/2020 e 51/2020, respectivamente.**

Isso porque, enquanto **este** versava sobre a contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, **com o objetivo de informar o público em geral**, dentre outros; **aquele** tinha por objeto a Prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), **para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid19**. Ou seja, ao ver do MPC/DF, em tese, o esclarecimento à população sobre a pandemia poderia ser feito com menor custo, sem a necessidade de contratação dupla, ou, ainda, sequer haveria a necessidade de novos custos para esse fim, diante da propaganda governamental a respeito, objeto até mesmo de suplementação milionária (mais de R\$ 60 milhões de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

reais<sup>1</sup>) e/ou privada, por meio da mídia e veículos de comunicação, gratuitamente:

“(…) é preciso salientar que o DF enfrenta uma pandemia. É fundamental que se busquem alternativas eficientes ao menor custo para a sociedade.

Como se sabe, a discricionariedade não é absoluta”.

Foi autuado, então, Processo 4091/2020, tendo o MPC/DF proferido o Parecer 1037/20:

“(…)

33. Afora isso, **há, também, total ausência de justificativas para a contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda, no valor de R\$ 4 milhões em plena pandemia.**

34. É possível antever que são situações assim que têm levado o IGESDF à suspeita de caos<sup>2</sup>, tanto que tem recebido sucessivos suportes de recursos orçamentários por parte do GDF, que começam a ser questionados, como o valor R\$ 136.876.977,46 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)<sup>3</sup> e novos R\$ 48 milhões de reais<sup>4</sup>.

35. Não deve ser à toa que a Diretoria Executiva do IGESDF determinou, em 10/09/20, a imediata suspensão de continuidade e execução de alguns contratos, entre eles, o firmado com a SMART7 e o celebrado com a FÉRTIL<sup>5</sup>:

**A DIRETORIA EXECUTIVA do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde - IGESDF**, no uso de suas atribuições previstas no art. 24 inciso II do Estatuto e art. 18, inciso II do Regimento Interno do IGESDF, conforme deliberado em **reunião no dia 10/09/2020**, através da presente Ordem de Serviço determina que:

<sup>1</sup> A esse respeito, vide as Representações do MPC/DF 13 e 14/20 (respectivamente, suplementação para o GDF e elevação contratual, pela CLDF.

<sup>2</sup> “Secretaria de Saúde socorre IGESDF e define situação financeira do Instituto como caótica”: <https://globoplay.globo.com/v/8926768/>

<sup>3</sup> Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018-SES/DF.

<sup>4</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/ses-df-repassa-mais-de-r-48-milhoes-ao-iges-df>

<sup>5</sup> <https://igesdf.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Boletim-de-Atos-Oficiais-149.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Deverá a Assessoria Jurídica do IGESDF imediatamente proceder a comunicação de **suspensão da continuidade e execução dos contratos celebrados, abaixo descritos**, até ulterior deliberação da DIREX.

**- Fértil Comunicação e Marketing;**

- Ediouro Publicações de Lazer e Cultura Ltda;
- Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília;
- S&N Serviços de RH e Tecnologia da Informação Ltda;
- Mv sistemas Ltda;

**- Smart 7 digital Ltda ME;**

- Carlos Conce Consultoria e Educação Empresarial - EIRELI

36. Nessas circunstâncias, esta Procuradora lamenta divergir do Corpo Técnico, opina, nesta fase, por nova diligência dirigida ao IGESDF para comprovação dos valores aplicados nos contratos com a SMART7 e a FÉRTIL, bem como apresentação de motivação e justificativas para os ajustes celebrados, com respectivos documentos comprobatórios, sem prejuízo da autorização para o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos, nos termos já sugeridos pelo Corpo Técnico”.

O TCDF, todavia, por meio da Decisão 200/2021, de 03/02/2021, deliberou:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pelas empresas Fertil Comunicação e Marketing Ltda. ME (peça 31) e Smart 7 Digital Ltda. ME (peça 33), bem como pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF (peça 32), considerando, em relação a esse último, parcialmente atendida a determinação constante do item II da Decisão nº 3026/2020; II – considerar, no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020 – GPCF; III – alertar a Diretoria Executiva do IGES/DF e, em especial, a sua Assessoria Jurídica, de que o descumprimento injustificado de decisões do TCDF importa em inobservância dos deveres de colaboração com o Tribunal, sujeitando aqueles que derem causa (não apenas o Diretor-Presidente) à multa capitulada no art. 57 da LO/TCDF, tendo em vista as condutas tipificadas nos incisos IV a VII; IV – autorizar: a) a realização de inspeção no IGES/DF, com vistas a verificar em maior dimensão os aspectos técnicos da execução do Contrato nº 32/2020, tendo em vista o ineditismo de seu objeto e o fato*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

*de ter sido celebrado emergencialmente por dispensa de processo seletivo de fornecedores; b) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator aos interessados; c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências devidas.*

Acontece que o MPC/DF acaba de receber cópia do de Relatório Final de Auditoria do IGESDF, que apresentou o resultado do monitoramento da Gestão, no período de 21 de setembro a 02 de outubro de 2020, realizado em cumprimento à Ordem de Serviço nº 01/2020, processo SEI 04016-00099418/2020-08, para exame da regularidade da contratação e da execução dos serviços prestados pela empresa **Fértil Comunicação e Marketing Ltda.**, inscrita sob o CNPJ nº 10.589.522/0001-24.

O Relatório inicia destacando que, no dia 23 de julho de 2019 foi iniciada a Seleção de Fornecedores para, nos termos do Elemento Técnico nº 04/2019, realizar a contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

No dia 25 de maio de 2020, foi homologado o certame, sendo o objeto contratado no dia 03 de junho de 2020.

Foram apresentados os seguintes ACHADOS DE AUDITORIA:

- desconformidade com o contrato que previa em seu PARÁGRAFO ÚNICO – que o valor a ser contratado deveria ser diluído no prazo de vigência da contratação, conforme cronograma estabelecido pela área demandante no Elemento Técnico, a fim de que não houvesse comprometimento na disponibilidade financeira da entidade (fluxo de caixa), o que difere do tipo de contratação, que foi sob demanda.
- Na nota fiscal nº 2016 foi discriminada a produção de vídeo de 2,57 seg. título. Prod.de plasma/obras HRC/Saúde em ação conforme NF: 119 de 19/06/2020 R\$ 31.440,00 (trinta e um mil e quatrocentos e quarenta reais); Prod.de vídeo de 2,36 seg. Título Gabinete Ceilândia conforme NF: 062 de 16/06/2020 R\$ 29.170,00 (Vinte e nove mil e cento e setenta reais), que possivelmente se trata de ações da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Secretaria de Saúde do DF, tendo em vista que o Hospital Regional da Ceilândia não pertence à gestão do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES/DF). Também não há documentação que comprove o pagamento da garantia de 10% (dez por cento) do valor contrato.

- incidência de 84% (oitenta e quatro por cento) sobre o valor dos serviços prestados, no entanto, no contrato, a tabela apresenta valores em termos monetários (R\$ 84,000) e não percentuais, situação que pode ter gerado um ônus ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES/DF), no montante de quase o dobro do valor da nota.
- nos termos do parágrafo nono, da cláusula sétima do Contrato - DO PAGAMENTO - a contratada será remunerada em até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, como segue *ipsis litteris*:

**PARÁGRAFO NONO** – Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

- a. Percentual de desconto sobre os custos internos, baseados na tabela de custos internos da SINAPRO/DF, conforme a proposta apresentada.
- b. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) a serem cobrados do IGESDF incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão da CONTRATADA.
- c. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do Contrato.
- d. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias.
- e. A CONTRATADA emitirá fatura contra o CONTRATANTE, referente ao desconto padrão de agência, calculado sobre o valor bruto dos serviços de veiculação, cujo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

valor corresponde ao desconto concedido veículos de mídia (subcontratada) ao CONTRATANTE, a título de remunerar as agências publicidade e propaganda pela criação/produção de conteúdo e intermediação, conforme preceitua as Normas-Padrão Atividade Publicitária, editadas pelo CENP (Conselho Executivo das Normas).

- não foi identificada a justificativa para a contratada realizar a cobrança de 84% (oitenta e quatro por cento) incidentes sobre os serviços realizados pelas empresas subcontratadas, ou seja, foi cobrado do IGESDF quase o dobro dos valores dos serviços prestados. Ato contínuo, é importante salientar que a contratada será remunerada em até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, nos termos do parágrafo nono, da cláusula sétima - DO PAGAMENTO. Desta forma, o valor correto que deveria ter sido pago à contratada, referente a NFe N° 2.016, seria no máximo de R\$ 41.991,43 (quarenta e um mil, novecentos de noventa e um reais e quarenta três centavos).

Concluindo, o Relatório evidencia possíveis vícios, decorrentes da inobservância dos princípios de economicidade, quando na administração de recursos públicos, ao gerir a coisa pública, acarretando danos de natureza financeira ao Instituto de Gestão Estratégico de Saúde do Distrito Federal (IGES/DF).

Em decorrência, foram apresentadas as seguintes recomendações ao Senhor Diretor-Presidente do IGESDF:

- I) a Gerência de Compras e o Núcleo de Formalização de Contratos apresentem esclarecimentos acerca da divergência do percentual de 84% (oitenta e quatro por cento) para pagamento a empresa contratada;
- II) a Assessoria de Comunicação apresente esclarecimentos acerca dos serviços prestados fora do âmbito do IGESDF e o percentual utilizado;
- III) **seja suspenso qualquer pagamento à contratada** até que os devidos esclarecimentos acerca do disposto nos itens I e II sejam apresentados e regularizados;
- IV) a Gerência de Finanças do IGESDF elabore um documento padrão com informações mais transparentes acerca do cálculo utilizado para a elaboração da viabilidade financeira (Disponibilidade financeira); e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

V) após os devidos esclarecimentos, remeta-se o presente relatório de auditoria ao Jurídico do IGESDF, para conhecimento de providências que se fizerem necessárias.

Após o encaminhamento das recomendações, foi obtida a seguinte resposta:

A Gerência de Compras e o Núcleo de Formalização informaram que a ata de homologação apresentou tabela com informações de descontos aos valores em reais (R\$) dispostos na tabela de valores no contrato nº051/2020 e os percentuais de descontos considerados para a Seleção de Fornecedores. Informaram também que a Plataforma Publinexo não disponibilizava disputa na forma de desconto por percentual, conforme apresentado e-mail de solicitação de suporte (doc. SEI 35863603) e que houve a incidência de 84% (oitenta e quatro por cento) cobrados pela empresa CONTRATADA, quando deveria ser de 16% (dezesesseis por cento). Destacaram ainda que **a Empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda detinha o conhecimento dos percentuais ofertados no certame, e ainda assim realizou os faturamentos de forma incorreta ao descrito no mercado digital em comento.** Ressaltaram que no processo SEI 04016-00008326/2019-85 foi apresentado Ofício (doc SEI 47458723) da Assessoria Jurídica, comunicando a suspensão do Contrato nº051/2020 e o comprovante (doc SEI 47459343) de comunicação à Fértil Comunicação e Marketing Ltda, bem como manifestação à Presidência sobre faturas em aberto no montante de R\$ 3.420.463,68 (três milhões quatrocentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos).

**A Auditoria aceita em parte a justificativa, uma vez que mesmo havendo erro ou possível má – fé da Empresa Contratada, não exime as áreas de verificarem o procedimento de cobrança quando do atesto das notas fiscais** e, tendo havido pagamento de notas erroneamente, que se apure as devidas responsabilidades e aplique as sanções cabíveis. Por outro lado, solicita-se que as áreas se manifestem acerca dos serviços descritos na nota, a que se referem ao Hospital da Ceilândia, o qual não faz parte da gestão deste Instituto.

Conforme se observa, houve utilização de percentual divergente no pagamento da empresa Fértil, contrário às cláusulas contratuais. Além disso, há indícios de serviços prestados fora do âmbito do IGESDF, para o Hospital Regional da Ceilândia, não pertencente àquele Instituto.

Por isso, encontram-se presentes os pressupostos da fumaça do bom direito e do perigo da demora, já que de nada adiantará uma atuação após





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

a execução plena do ajuste, devendo ser exarada decisão pela Corte suspensiva de pagamentos, até o deslinde do presente processo (Precedente: Decisão 350/21, Processo 3684/20).

Posto isso, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCDF, o Ministério Público de Contas do DF oferta a presente Representação para que a Corte delibere acerca da cautelar pleiteada e analise a regularidade do Contrato 51/2020, firmado pelo IGESDF com a empresa **Fértil Comunicação e Marketing Ltda, CNPJ 10.589.522/0001-24**, sob a ótica dos princípios constitucionais da Administração Pública, dentre eles os da eficiência, economicidade e legitimidade, além de outros aspectos relacionados aos percentuais dos pagamentos, inclusive, com relação à abrangência dos serviços prestados.

Brasília, 11 de março de 2021.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Procuradora